

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO CENTRO INTERGERACIONAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Ponta Garça, 29 de fevereiro de 2016

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Tenho particular gosto e satisfação de estar hoje convosco na apresentação do projeto do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo, localizado aqui em Ponta Garça. É um projeto que ascende a cerca de dois milhões de euros de investimento, incluindo toda a parte de equipamentos, e que constitui também o cumprimento de um compromisso.

Hoje estamos aqui a falar do cumprimento de um compromisso com especial legitimidade, porque não estamos apenas a apresentar este projeto e dar a conhecer a forma como esperamos que tudo isto fique, mas hoje mesmo foi publicado em Diário da República o concurso público para a escolha da empresa que vai construir a primeira fase deste Centro Intergeracional.

Portanto, está apresentado o projeto e está, sobretudo, dado o primeiro passo desse ponto de vista para escolhermos a empresa que vai construir este Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo.

Este investimento divide-se em duas fases. Uma primeira fase, mais direcionada para o apoio às crianças e jovens, e uma segunda fase mais direcionada para o apoio aos idosos.

Esta primeira fase visa servir 100 crianças, sendo 50 na componente de Creche e mais 50 na componente de Centro de Atividades de Tempos Livres. Depois, teremos uma segunda fase que visa dar resposta a esta questão do apoio aos nossos idosos, aproveitando - e este é um aspeto que gostaria de realçar neste momento - o facto de ser feito numa perspetiva de potenciar o contacto entre os mais jovens - as nossas crianças - e aqueles que já estão numa fase mais experiente da vida, por essa via, potenciando a retirada de benefícios para os mais novos, mas também para aqueles que estão numa fase mais adiantada da sua vida neste contato com as crianças e com os jovens.

Para além dessa componente de cumprimento de um compromisso, o objetivo que o Governo pretende alcançar com esta obra é aquilo que temos feito por todas as ilhas da nossa Região, de qualificar e ampliar as respostas sociais que temos em todas as nossas ilhas, em especial, no caso concreto, qualificar e ampliar nesta freguesia este tipo de resposta de apoio às crianças e jovens e de apoio aos nossos idosos.

Isto que acontece aqui é um pouco o que está a acontecer por todo o nosso arquipélago, por todas as nossas ilhas. No Corvo, temos as obras de ampliação da Creche da Santa Casa da Misericórdia. Nas Flores, temos as obras de ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz. No Faial, estamos com as obras da Creche “O

Castelinho”. Na Terceira, são várias as respostas sociais, uma já finalizada e outras em construção. No Pico, temos a creche que também está a ser apoiada e em obras a Santa Casa da Misericórdia de São Roque. Em São Jorge, já concluímos, já está em funcionamento, já está a servir os Jorgenses, o Centro de Atividades Ocupacionais e o Lar Residencial da Santa Casa da Misericórdia das Velas. Na Graciosa, tivemos também a construção da Creche. Em Santa Maria, estamos também a dar passos para as obras de ampliação do Lar de Idosos.

No fundo, é um trabalho que, estendendo-se a todas as ilhas da nossa Região, tem, também aqui em Ponta Garça, este marco de avançarmos, não apenas com a apresentação deste projeto mas, sobretudo, já com o procedimento para escolher a empresa de construção civil que vai fazer estas obras e que vai construir este empreendimento.

É também fruto deste trabalho que prevemos, ainda durante este ano de 2016, que as famílias do Nordeste, de Ponta Delgada e de São Roque do Pico tenham à sua disposição quatro novas creches e um Centro de Atividades de Tempos Livres para servir cerca de duas centenas e meia de crianças e, por essa via, acabam também por ser estes investimentos instrumentos fundamentais para proporcionar este melhor acompanhamento.

Este trabalho que tem sido feito ao longo destes quatro anos, este trabalho que tem sido feito, em muitas circunstâncias, num tempo particularmente exigente para as famílias açorianas, fruto desta conjuntura económica que vivemos, e que também é exigente para o Governo, não se circunscreve apenas a esta construção de infraestruturas, a esta construção de obras, não é apenas pôr à disposição das famílias açorianas, das crianças, dos jovens e dos idosos, esse tipo de equipamentos.

Nós entendemos - e temo-lo posto em prática, temo-lo concretizado - que as medidas de apoio social vão para além disso, que é necessário chegar mais longe, que é necessário chegar mais perto das famílias açorianas, no sentido de ajudá-las nesta conjuntura particularmente exigente que vivemos.

Ajudá-las a poderem ter, e essa é uma das funções das creches, um fator de tranquilidade porque sabem que têm as suas crianças, quando são confrontadas com a necessidade de uma mãe trabalhar, de uma mãe ajudar ao rendimento da família, sabem que têm um espaço devidamente qualificado, em condições, para poderem deixar os seus filhos ao cuidado de profissionais e de entidades que têm essa responsabilidade.

Mas, dizia-vos eu, que esta política e esta ação do Governo Regional não se circunscreve apenas a dar um edifício, a permitir ou proporcionar o uso de um edifício. Nós entendemos que devemos chegar - e temo-lo feito - mais longe e mais perto, por exemplo naquilo que tem a ver com o Complemento do Abono de Família para crianças e jovens, uma medida que é nossa, só nossa, aqui dos Açores.

Nós temos esta medida, que abrange cerca de 35 mil crianças e jovens em toda a nossa Região e, neste ano de 2016, foi possível reforçar esse apoio em cerca de 15 por cento.

No caso dos idosos, o chamado “cheque pequenino” que, ao longo desta legislatura que se iniciou em 2012, teve também um reforço de cerca de 10 por cento, ou o caso do apoio às famílias nos descontos para creches, jardins de infância e amas, que podem ir até 50 por cento consoante o número de filhos que têm a frequentar estas instituições.

É uma aposta que, também neste domínio, fazemos nas nossas crianças, no sentido de lhes dar melhores condições para poderem construir, elas próprias, o seu futuro, mas também nos nossos jovens e nos nossos idosos no sentido de lhes dar algo que pode ser considerado como uma pequena retribuição pelo muito que deram à construção da nossa Região, à construção de cada uma das nossas comunidades, mas é também um apoio às famílias açorianas, mesmo que indiretamente, ao proporcionar este tipo de equipamentos, permitindo também, por essa via, serem, elas mesmas, um fator de tranquilidade.

Mais duas notas apenas para salientar dois aspetos que me parece de inteira justiça que também sejam referidos neste momento. Em primeiro lugar, tudo isto é possível não apenas porque o Governo o quer. Tudo isto é possível porque, à semelhança do que acontece com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, há por todas as ilhas da nossa Região centenas e centenas de Açorianos que, nas Santas Casas de Misericórdia, nas Casas do Povo, nos Centros Sociais, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, dão um pouco do seu tempo, um pouco do seu trabalho para podermos construir e manter respostas desse tipo.

É importante que, neste momento que constitui um fator de chamada de atenção para este tipo de políticas e para este tipo de decisões que o Governo dos Açores tem tomado, também aqui se saliente o contributo das Santas Casas de Misericórdia, em particular, de todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que tem sido desenvolvido para dar resposta, para, no fundo, ajudar a construir esta parceria que dá estas respostas aos Açorianos, que dá respostas às famílias açorianas.

O segundo aspeto que me parece importante realçar é que esta é também uma forma de podermos chamar a atenção para um aspeto que, porventura, às vezes, está arredado deste tipo de reflexão. Tudo isto acontece porque nós temos a nossa Autonomia.

Uma Autonomia que não é apenas do artigo na Constituição ou de todas as questões que surgem a esse propósito, mas uma Autonomia que permite que os Açorianos, que o Povo Açoriano, através dos órgãos que elegeram, através das suas instituições, possa definir e concretizar medidas que ajudam as famílias açorianas.

Esta é também uma forma de honrar a nossa Autonomia e de servir o Povo Açoriano porque é também a forma pela qual esta Autonomia se traduz em resultados colocados ao serviço do Povo Açoriano. E, assim sendo, como assim é, estaremos também a cumprir este objetivo, a cumprir este fim de servir melhor, de servir cada vez melhor, aqueles que, por obrigação e por convicção, temos a função de servir.

Neste caso, em concreto, o Povo de Ponta Garça, o Povo de Vila Franca do Campo. O mesmo é dizer que, servindo o Povo de Ponta Garça e servindo o Povo de Vila Franca, estamos também a servir o Povo Açoriano.

Faço votos que a obra decorra sem qualquer tipo de percalço, dentro do prazo, dentro dos custos, que não são poucos - desse ponto de vista, julgo que há todas as condições para isso - e desejar as maiores felicidades à Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, sob a liderança do dr. Ricardo Rodrigues, e fazer votos para que, dentro em breve, mais do que estarmos aqui a abrir as portas deste novo empreendimento, possamos estar aqui com este empreendimento a servir todos vós.

Muito obrigado.